

As voltas da religião: o desenvolvimento histórico da Umbanda

The turns of religion: the historical development of Umbanda

*Stéfani Martins Fernandes¹
Leonardo Guedes Henn²*

Resumo

O presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, sendo parte de uma pesquisa realizada em 2017³. Caracteriza-se por um histórico da Umbanda, desde sua fundação, no ano de 1908, até a contemporaneidade. O seu objetivo é problematizar a trajetória da Umbanda – principalmente – para aquelas pessoas que possuem pouco conhecimento da religião umbandista. Outro propósito é apontar as influências que o contexto político, econômico e social trouxe para a formação e expansão da Umbanda. A religião possui mais de um século. Sua trajetória sofreu influências do seu tempo, sem contar as influências religiosas. São várias influências dentro de uma mesma religião, o que permite uma vasta exploração e estudo.

Palavras-chave: Umbanda; História; Religião; Política; Trajetória.

Abstract

The present work consists of a bibliographical research, being part of a survey carried out in 2017. It is characterized by a history of Umbanda, from its foundation, in the year 1908, to the contemporary. Yours is problematizing the trajectory of Umbanda – mainly – for those people who have little knowledge of the Umbanda religion. Another purpose is to point out the influences that the political, economic and social context has brought to the formation and expansion of Umbanda. Religion has more than a century. His trajectory suffered influences from his time, not to mention the religious influences. They are various

¹ Mestranda do MEHL – Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens, pela Universidade Franciscana. Bolsista PROSUC/CAPES – Código de financiamento 001. stefani.fernandes@hotmail.com

² Professor do Curso de História e do MEHL – Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens – UFN, Brasil. lghenn@gmail.com

³ FERNANDES, Stéfani Martins. “**Sem Exú [e Pombagira] não se faz nada**”: o tratamento dado aos Orixás Exú e Pombagira ao longo de mais de um século de Umbanda. Monografia, Universidade Franciscana, Santa Maria, 2017.

influences within the same religion, which allows for a vast exploration and study.

Keywords: Umbanda; History; Religion; Politics; Trajectory.

Introdução

O Brasil é um dos países que mais recebem pessoas de diferentes nacionalidades. Com isso, há elementos culturais e religiosos diversificados, todos influenciando, de certa forma, a vida da população.

O objetivo dessa recapitulação é descrever parte da trajetória da Umbanda – principalmente – para aquelas pessoas que possuem pouco conhecimento da religião umbandista. Outro propósito é apontar as influências que o contexto político, econômico e social trouxe para a formação e expansão da Umbanda.

O início do século XX é marcado por várias mudanças no cenário mundial. No Brasil, o eixo urbano começou a adquirir destaque com relação ao eixo rural. As cidades começaram a ganhar forma e pessoas migram para elas. Não fazia muito tempo desde a promulgação da Lei Áurea, em 1888, que garantia a liberdade as pessoas escravizadas no país.

É no ano de 1908, na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, quando um homem chamado Zélio Fernandino de Moraes, na época com apenas dezessete anos, funda a religião que se chamaria Umbanda. A religião surge no centro das questões políticas e de transformações na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país.

1. O nascimento de uma religião em uma “nova” nação

A jovem República tinha apenas dezenove anos quando a Umbanda foi fundada, em 1908. O período republicano havia completado a maioria, porém não estava ainda “emancipado”. Ela nasce em meio ao que Maria Resende (2003, p. 91) classifica como liberalismo oligárquico. Ou seja, no início da História

republicana, duas ideias que poderiam ser vistas com contraditórias estavam juntas, o liberalismo e o controle oligárquico. Isto, apesar de poder causar estranheza, pode ser facilmente entendido. Ocorre que as ideias liberais, difundidas no século XVIII e XIX, foram adaptadas à situação brasileira. Essa situação refere-se ao fato de as maiores influências – controle – dentro do governo republicano serem exercidas por pequenos grupos, mais precisamente os grandes fazendeiros de café.

Com a abolição – em 1888 – e o advento da República, influenciada pelas ideias positivistas, ocorre a separação entre Igreja – oficialmente a católica – e Estado. Jacqueline Hermann (2003, 123-135) aponta que novas correntes religiosas, de cunho popular, evidenciavam-se no Brasil. Isso causou problemas à Igreja Católica. As repercussões negativas dadas pela Igreja à Umbanda podem ser justificadas pelo aumento, já desde o seu início, de fieis e de instituições. Porém, há de se acrescentar que, como outras religiões de cunho popular, a religião umbandista foi acusada de misticismo e atração de clientes em torno de ritos e superstições (p. 138-145).

Inicialmente, a maior influência, especialmente na questão doutrinária, foi do Espiritismo⁴. A mesma recebeu influência de seu tempo, trazendo em seu corpo doutrinário a presença do positivismo e cientificismo. Seu caráter intelectualista, entretanto, acabou por excluir práticas caracterizadas de “misticismo” ou mesmo “mágicas”, pois não poderiam ser provadas pela ciência. Espíritos que se apresentavam como negros, indígenas, eram considerados inferiores no sentido intelectual. Isso ocorreu pela imagem do negro estar atrelada à condição de escravo, bem como (em certa parte) o nativo brasileiro não possuir as mesmas condições sociais e financeiras de um médico, professor, etc. Eram classificados como necessitados de doutrinação. Patrícia Birman (1985) destaca o posicionamento maior do Espiritismo na prática umbandista, classificada inicialmente como *umbanda branca*. Na Primeira República, como

⁴ Religião fundada no século XIX, na França, por Allan Kardec.

elucida José Arias Neto (2003, p. 227), ocorreu a exclusão das pessoas das etnias indígena e negra. Isso reflete também na formação da Umbanda, pois nas reuniões espíritas, os espíritos ditos de ex-escravos e índios eram excluídos, pois não seriam importantes.

A cidade do Rio de Janeiro, então capital do país recebia desde o século XIX um considerável afluxo de pessoas vindas do interior. A população cresceu absurdamente. Neto (2003, p. 227) explica que a capital atinge 1,2 milhão de habitantes, sendo que antes contava com 274 mil moradores. A Umbanda foi marginalizada, de certa forma, por provir de classes menos abastadas, muitas delas vindas do meio industrial, sujeitas à repressão. Além disso, Jaime Benchimol (2003, p. 233-237) aponta que com a larga expansão da região, a população rural, recém chegada e imigrante, acumularam-se em torno dos grandes centros e litoral, no caso do Rio de Janeiro. Se hoje em dia temos problemas quanto à organização urbana, na Primeira República não seria diferente, sendo até mais grave. Durante a reforma urbana ocorrida na capital, muitas pessoas de classes mais baixas, além das de etnias ditas “inferiores”, foram sendo excluídas das “benesses” trazidas por esse melhoramento urbano (2003, p. 227). Uma parte significativa dela acabou por formar os primeiros adeptos e trabalhadores da Umbanda.

Além das reformas urbanas – e também de saúde, como a Reforma da Vacina – houve também a reforma moral da cidade que, segundo Benchimol (2003, p. 263-265), tinha por objetivo modificar o Rio de Janeiro através da moralidade e autoritarismo. Nesse contexto, as festas do Candomblé, outra religião que influenciou na formação da Umbanda, já sofriam repressão antes do surgimento desta. Tentando deixar a cidade mais europeia, seus principais pontos tinham cidadãos negros – além dos brancos mais pobres – afastados o mais longe possível.

2. Os primeiros livros

Possuindo mais de um século de história, a Umbanda “nasce” dentro de um contexto histórico, princípio do séc. XX, sendo influenciada por ele. Como os fundadores desta religião vieram do Espiritismo, as primeiras décadas da Umbanda são moldadas em grande parte pelo Kardecismo. Não havia de início uma literatura umbandista. Seus adeptos encontravam nas obras escritas por Kardec o norteador do modo de ser do espírita de Umbanda. Em 1933, surge o primeiro livro voltado para os assuntos da Umbanda, o “O Espiritismo, a magia e as Sete Linhas de Umbanda”, que aborda o que viria a ser uma pauta dentro da religião: o que seriam as sete linhas na Umbanda e que orixás estariam nelas.

No ano de 1939, Zélio de Moraes fundou a Federação Espírita de Umbanda do Brasil (FEUB). Essa instituição organizou e realizou o Primeiro Congresso Brasileiro do Espiritismo de Umbanda, no ano de 1941. Tal evento reuniu vários dirigentes e representantes das Tendias de Umbanda de vários estados, em especial do Rio de Janeiro e São Paulo. Nele foram apresentados trabalhos que, no ano seguinte, foram publicados em livro. Tratava da organização ritualística e doutrinária da religião. Buscava-se, assim, a constituição de uma identidade. Um dos temas abordados tratava sobre a origem da Umbanda, bem como de seu significado. Apresentaram-se as mais distantes influências, em especial, as de origem oriental, procurando mostrar que a religião era altamente evoluída. Ao discorrer sobre a influência africana, vários representantes de Tendias faziam suas ressalvas. Apesar de acrescentar no seu culto os elementos afro, os mesmos não eram adotados de forma aceitável. Isso ocorreu pelo fato de várias práticas africanas estarem associadas ao fetichismo e, portanto, eram consideradas “atrasadas”. Em algumas ocasiões se utilizava a denominação de “magia negra”. A desafricanização acabou por ser sugerida, para uma maior pureza da Umbanda. Nos dias de hoje, essas sugestões e conclusões provavelmente não

seriam aceitas pela maior parte das pessoas. O cientificismo evolucionista da época tratava com desprezo a cultura africana e afro-brasileira. Após esse primeiro congresso houve um aumento da criação de Tendas e de Federações para registros das mesmas. Ao mesmo tempo, a literatura umbandista se tornou variada e teve um aumento significativo. Os mecanismos de exclusão social ocorriam para dar um ar de modernidade à Umbanda, da mesma forma que ocorreu quando dos debates sobre a questão nacional ainda nos anos 1920. A ideia era de identificar a religião com a cultura oriental e europeia, consideradas avançadas. Ao passo que a cultura mestiça negra era deixada de lado, por ser considerada atrasada – na visão de alguns dirigentes participantes do congresso.

A política de nacionalismo tinha forte peso no país, muito devido à atuação de Getúlio Vargas. Assim como em Gilberto Freyre (2005), a formação do povo brasileiro também reflete na formação da umbanda, mas adaptado às questões da época. Para Renato Ortiz (1991, p. 71-77), cada espírito tem a sua função e razão de estar ali. O caboclo, representando o indígena, forte, avesso ao trabalho compulsório, enérgicos, feitos para fora. O preto-velho representando (e relembrando) o escravo, humilde (no sentido de submissão), feitos para os assuntos internos, da casa. E, por isso, são aceitos nos trabalhos da Umbanda.

O branco se associa então ao colonizador, que traz a civilização e tudo o que de melhor deriva disso, trazendo um status de evolução, contrabalançando os outros componentes. Na legitimação da Umbanda, ela levou vantagem em relação ao Candomblé por ser mais funcional no sentido econômico (embora não tenha ficado claro o porquê de tal vantagem) ser mais funcional e vantajosa – no sentido econômico, em relação com o Candomblé – “se esconde um conflito muito mais amplo que se trava contra os valores da sociedade global” (ORTIZ, 1991, p. 155). A cultura africana, muito mais forte no Candomblé, é tratada de forma pejorativa. Essas práticas não têm mais razão de existir. Enquanto classe social, conforme Ortiz (1991, p. 157), o objetivo é regularizar a partir dos médiuns

uma imagem pura, limpa. A adaptação surge, assim, para a religião se manter absorvendo os valores dominantes da sociedade.

3. Era Vargas: o nacionalismo na Umbanda e a Umbanda no nacionalismo

Os anos 1930 e 1940 marcaram fortemente a legitimação da Umbanda. O período Vargas, com a busca pela identidade nacional, influenciou no sentido de dar uma brasilidade a uma religião criada no Brasil. Nas primeiras décadas desde a fundação da Umbanda não houve registros de uma codificação oficial, ou mesmo de uma unicidade entre os terreiros, o que dificulta – em parte – a pesquisa para um histórico mais rico da Umbanda. Durante o governo de Getúlio Vargas a Umbanda passou por um período de legitimação, mas também de perseguição. Em 1934, a Umbanda, assim como o Espiritismo entre outros cultos, ficou na jurisdição da seção de Costumes e Diversões, no Departamento de Tóxicos e Mistificações. Isso já mostra a forma como era classificada a Umbanda, isto é, considerada mistificadora e perigosa. Para funcionarem, os locais deveriam ter um registro na polícia, pagando uma taxa não estabelecida. Aparentemente isso colocava a Umbanda na legalidade. Por outro lado, acabou favorecendo a invasão, intimidação, prisão e mesmo a extorsão financeira. A repressão aumentaria durante o período do Estado Novo (1937-1945).

Ao mesmo tempo, a política de nacionalismo acrescenta um caráter brasileiro a Umbanda. As raízes europeias, indígenas e africanas, além de terem sido consideradas como a síntese do povo brasileiro, agora são também conclusivas para tornar a Umbanda uma religião brasileira. O debate sobre a identidade do povo brasileiro influenciou a busca por uma identidade na Umbanda. A Umbanda se deu como missão a ajuda aos humildes, que não faltavam na nova ordem social. O processo de industrialização influenciou no surgimento de novas classes sociais. Essas tinham como membros pessoas com incipiente instrução formal, que traziam em seu modo de viver as características

da miscigenação ocorrida no país, com todas as suas consequências. Esse povo acabava por buscar ajuda nos terreiros. Isso ocorria pelo fato de os espíritos que lá “baixavam” falavam de forma mais popular, próximo ao seu entendimento. O Espiritismo, assim como as demais religiões cristãs, eram, na época, o que Alexandre Cumino (2015, p. 30) traz como sendo religiões intelectualizadas.

Maria Helena Cancone e Lísias Negrão (1985, p. 45) destacam a repressão ocorrida durante o governo de Getúlio Vargas, devido ao fato da Umbanda estar atrelada ao curandeirismo e a macumba. Destacam ainda que nem mesmo o fato de ser uma autoridade policial, livrava o adepto da religião da prisão, ou mesmo das taxações pejorativas

Os noticiários policiais de 1943 revelam a prisão de um sargento reformado da Força Policial, que era dirigente de um centro espírita e ‘explorava o baixo espiritismo’, e do Tenente Ivans Krans Perin, reincidente da prática de “curandeirismo e macumba”, e que já havia cumprido pena de seis meses por “prática ilegal da medicina”. (CANCONE; NEGRÃO, 1985, p. 45).

A imprensa também se fez presente como um mecanismo de elevação para a religião. Nela aparece a “preocupação com o ‘problema do negro’, ao lado do reconhecimento da Umbanda como pertencente às camadas pobres e das periferias e favelas (...)” (CANCONE; NEGRÃO, 1985, p. 46). Ao mesmo tempo, aparecem matérias de cunho discriminatório, retomando, conforme Canone e Negrão (1985, p. 46-47, 53-56) a ideia de a religião ser perigosa, nociva, não compatível com o modelo de sociedade civilizada. É provável que isso seja reflexo da desafricanização e discriminação do elemento africano, ainda não adaptado às demandas da sociedade, como afirma Ortiz (1991).

4. Quando a Umbanda chega à Academia

Além de autores umbandistas, vários sociólogos e antropólogos que realizaram estudos sobre a Umbanda especificamente, auxiliavam em sua

promoção. Nos anos 1950, a Umbanda passou a ter apoio de intelectuais, como Jorge Amado, Gilberto Freyre e Luiz da Câmara Cascudo. Uma década mais tarde, Arthur Ramos e Edison Carneiro passam a abordar a Umbanda de forma discreta. Candido Procópio Ferreira de Camargo e Roger Bastide apresentaram pesquisas sobre religiões afro e a Umbanda. Diana Brown (1985), Renato Ortiz (1991), Patrícia Birman (1985) e Lísias Nogueira Negrão (1996) abordaram com mais profundidade a religião. Isso fez com que a Umbanda, segundo Cumino (2015), ganhasse também legitimidade intelectual.

Os estudos de Roger Bastide (1971, p. 440) não abordam a Umbanda em sua profundidade, pois seu foco principal eram as religiões de origem africana e o candomblé no Brasil. Na obra “Nascimento de uma religião”, o autor traz um estudo envolvendo a relação Espiritismo, Umbanda e Macumba. A influência afro é esquecida para ser sobreposta pelo Espiritismo. Para o autor, há uma luta racial que “prosseguirá ainda, sob uma forma mais sutil, é verdade, e mais disfarçada” (BASTIDE, 1971, p. 440). Para Ortiz (1991, p.169) a literatura umbandista, o elemento africano é afastado sob o pretexto da própria evolução do ser humano, que não comporta rituais da magia e feitiçaria.

Diana Brown (1985, p. 11) explica que a Umbanda expressa as preferências e aversões dos religiosos e sociais dos praticantes, a maioria vinda do Kardecismo. Nisso, há o embranquecimento e desafricanização da religião, num processo seletivo, como ocorre no Congresso de Umbanda, de 1941. Nessa seleção, apenas os elementos africanos que interessavam a esses participantes permaneciam na formação da religião – especialmente os Orixás. Esse processo de embranquecimento também foi abordado por Ortiz (1991). Uma das abordagens de Brown diz respeito às Federações de Umbanda. Elas, além de trabalhar para obter a afiliação dos centros de Umbanda, também ofereciam proteção “e vários tipos de serviços em troca do pagamento de uma pequena taxa mensal e da sua participação nas várias atividades religiosas e sociais que as federações organizavam e patrocinavam” (Brown, 1985, p. 21). As Federações de

Umbanda – e seus filiados – eram classificadas como clientelas políticas, nas quais alguns adeptos se lançavam na política para melhorar a situação de perseguição da religião. Provavelmente ocorreram disputas entre as Federações que possuíam candidatos distintos (Brown, 1985, p. 10, 22).

A linha africanista, que provinha, segundo Brown (1985, p. 22), das camadas socialmente baixas da sociedade, estava unida em uma rede de Federações, representadas por Tata Tancredo. Essas, estavam em oposição às Federações Umbandistas criadas pelos adeptos da classe média, que também caracterizavam a religião de Umbanda branca (Brown, 1985, p. 22-23). Talvez isso sirva de base para as disputas por eleitores dentro da religião. Como buscavam elevação através da política – pois sozinhos não conseguiriam – essas federações se uniram para tentar elegerem seus candidatos. A não centralização da Umbanda, nesse caso, é colocada como uma característica positiva para a Umbanda (Brown, 1985, p. 22-23).

Focando principalmente no Rio de Janeiro, Brown destacou a estratégia dos umbandistas frente ao contexto político. A presença de umbandistas em cargos políticos elevou o status dos adeptos e da própria religião. A política, de certa forma, contribuiu para uma heterodoxia ritualística na Umbanda e com vários segmentos sociais (Brown, 1985, p. 27-28).

Ortiz mostra como ocorreu a integração e também a legitimação da Umbanda dentro da sociedade. O autor apresenta a trajetória da religião, destacando como ela foi influenciada pelas variações de contexto histórico. A transformação social ocorreu a partir da adaptação simbólica, principalmente dos elementos africanos, trazendo uma desagregação da memória negra (Ortiz, 1991, p. 29, 36). Nessa análise, aparecem duas noções: embranquecimento e empretecimento da religião. No primeiro, o negro aceita (sem alternativas viáveis) os valores da sociedade branca, cujo exemplo mais destacado é a influência do Espiritismo. No segundo, o Espiritismo penetra nas classes mais baixas da sociedade, associando-se a outros cultos afro. Entretanto, “trata-se de

uma aceitação do fato social negro, e não de uma valorização das tradições negras” (ORTIZ, 1991, p. 33). Ou seja, o elemento afro é agregado, mas não é aceito naturalmente como parte pertencente da Umbanda. Na organização da religião ocorre a ressignificação de algumas tradições afro.

Lísias Negrão (1996) analisa a situação interna dentro dos terreiros e Federações dentro de um contexto específico, São Paulo. Não propõe um estudo da origem da Umbanda, mas como ela se desenvolveu no campo paulista, que é o de maior abrangência depois de Rio de Janeiro. Tentou desvendar a relação entre Federações, Tendas, dirigentes e praticantes (médiuns). Como Ortiz (1991), também apresenta a desagregação das influências africanas, mas com uma justificativa que vai além dos preconceitos. Analisando o primeiro Congresso Brasileiro do Espiritismo de Umbanda e o I Congresso Paulista, em 1961, ele faz uma referência ao primeiro dizendo:

Contudo, naquele momento mais remoto, em que a Umbanda carecia completamente de legitimação, reprimida pelos aparelhos judiciário e policial do Estado, a necessidade de traição à sua herança negra era imperativa. Criaram os intelectuais da época uma Umbanda branca ou pura (...) tendo sido África apenas uma fase intermediária de degradação, da qual a Umbanda representaria uma fuga e regeneração dos valores primordiais. (NEGRÃO, 1996, p. 147)

Em relação ao I Congresso Paulista, a situação havia mudado um pouco. Os umbandistas podiam afirmar a herança negra da Umbanda, mesmo que modestamente (Negrão, 1996, p. 147).

5. O início dos anos 1960: o governo militar, os umbandistas e a Umbanda

Durante o período de Ditadura Civil-Militar, a Umbanda não sofreu tantos conflitos com o governo. O motivo dessa convivência menos conturbada era o fato de muitos dos dirigentes de terreiros e federações serem do meio militar, tanto atuantes como já aposentados. Os registros das Tendas passam para a

jurisdição civil. Nesse período, como afirma Cumino (2015), a religião entra para o censo oficial como religião (p. 170). Ainda assim, alguns foram perseguidos durante esse período, como Moab Caldas, que teve seu terceiro mandato cassado através do Ato Institucional nº 5 (AI5).

Até o início dos anos 1970, a Umbanda passou pelo seu auge em relação ao aumento de adeptos, bem como de terreiros e popularidade. Em 1961, foi realizado o Segundo Congresso Brasileiro de Umbanda. Nesse evento, que teve como sede o Maracanãzinho, reuniram-se vários umbandistas (que assumiram essa nomenclatura) de vários estados do Brasil. Um dos objetivos era avaliar a situação da Umbanda desde o primeiro Congresso, bem como acrescentar outras conclusões. Uma delas era reafirmar a Umbanda como religião brasileira, além da conclusão sobre a origem do vocábulo Umbanda, que viria da língua africana quimbundo. É interessante notar a aproximação com a influência africana, apesar de ainda ser discreta. Isso ocorreu pela importante atuação de Cavalcanti Bandeira, representante da União dos Umbandistas de Santa Tereza e do Centro Espírita Tia Maria. Suas duas teses apresentadas nesse congresso, sob o título de “Dogmatismo e hierarquia e Interpretação histórica e etimológica do vocábulo Umbanda”, além de reaproximar a cultura africana, também trazem a preocupação com a organização da religião (Cumino, 2015, p.163). Em relação à codificação, algumas conseguiram esse objetivo. Nisso, normatizaram a liturgia (Primado de Umbanda), foram criados os cursos de batismo e casamento (Jamil Rachid da União de Tendas de Umbanda e Candomblé) e cursos de sacerdotes (Pai Ronaldo Linares, da Federação Umbandista do Grande ABC). Ainda assim não havia uma linha geral com relação às práticas e doutrina.

Em 1973, ocorreu o Terceiro Congresso Nacional de Umbanda. Nesse mesmo ano, segundo Diamantino Trindade (2010, p. 49), o Primado de Umbanda lançou a revista *Mundo de Umbanda*, que fez várias referências ao evento. Na revista, foram propostos vários temas, entre eles: aspectos doutrinários e filosóficos, sincretismo religioso, teologias e crenças, moral e ética religiosa,

práticas e rituais, iniciação e desenvolvimento, organização religiosa, música, dança e cânticos, simbologia, aspectos administrativos, os cultos e a legislação oficial, órgão nacional inter federativo, temas livres e teses sobre a Umbanda. (Trindade, 2010, p. 49).

Dos anos 1950 até os anos 1970, a Umbanda contou com o apoio significativo de políticos. Essa relação acabou sendo mais visível nas festas comemorativas da religião, como a festa de Iemanjá. Em algumas comemorações, dava-se o espaço para os políticos fazerem seus discursos. Através dessa associação foi criada uma ponte entre as necessidades das Tendias e seus adeptos e o poder público. No final dos anos 1970, a Umbanda começou a sofrer críticas, em especial nos jornais. Nesse período, surgiram autores dispostos a escrever sobre a doutrina de Umbanda, ainda que não raro houvesse discordâncias sobre os assuntos abordados.

A partir dos anos 1980 e 1990 ocorreu o que Cumino (2015) e Lísias Negrão (1996) chamam de “refluxo umbandista”. Segundo os autores, isso se deveu ao fato de não haver mais políticas ou interesse por parte da população no que se refere ao incentivo à cultura brasileira. A mesma ficou em desvantagem quando relacionada à cultura americana (Cumino, 2015, p. 181).

O contexto da época era o da Guerra Fria. Este conflito tinha como principais adversários os EUA e a União Soviética (URSS). A disputa foi nos âmbitos econômico, ideológico e também cultural, entre outros. Em meio a tudo isso estava a difusão do modo de vida americano (EUA). Nos Estados Unidos, nesse período, difunde-se o pentecostalismo. Absorvendo a ideia de dualidade do cenário político, o pentecostalismo dos Estados Unidos difunde a noção dual de Deus e demônio, que já havia sido usada por outras religiões, como o catolicismo. Inicialmente voltado para a população negra americana, no Brasil encontra terreno nas Igrejas Evangélicas. Nos anos 1990, com a difusão de programas de televisão da Universal, surge o neopentecostalismo, uma ressignificação das práticas pentecostais adaptada a situação brasileira. Somou-

se a tudo isso a falta de espaço na mídia para a religião umbandista, que, quando veiculava algo sobre a Umbanda, ou mesmo das demais religiões afro, assumia um tom pejorativo. Para culminar, temos os ataques vindos de dirigentes e adeptos das igrejas evangélicas, que continuam ocorrendo de forma significativa.

6. As relações da Umbanda com outras religiões e as mudanças nos anos 1990

A perseguição da Umbanda pela Igreja Católica também ocorreu nos anos 1950, e teve como principal artífice Boaentura Kloppenburg (1961). Nesse momento ocorreram campanhas antiespíritas, que contavam com ampla divulgação nas mídias. O objetivo era “desmistificar” e informar acerca da demonização dos cultos e objetos ritualísticos. Contudo, os ataques contribuíram para impulsionar a legitimação da Umbanda, como explica Ortiz (1991, p. 47).

Um dos fatores que não contribuiu para a resistência forte da Umbanda frente a todos os ataques era a desorientação doutrinária, pois sua literatura – que era maior em relação aos períodos anteriores – não tinha um direcionamento homogêneo. Isso levou a dispersão de um número significativo de umbandistas, muitos indo para os templos evangélicos (Cumino, 2015, p. 181). Esses últimos tinham – e ainda têm – uma organização extremamente ativa. A religião Evangélica não atuava somente em templos. Possuíam espaço no rádio e na televisão. Além disso, utilizavam-se das divindades da Umbanda e demais cultos afro de forma humilhante⁵. Um exemplo disso, foi a demonização dos orixás, em especial do orixá Exu. Por ele ser citado dentro do meio umbandista com cautela, uma grande parte dos atuantes na religião o via com receio e outra parte tinha medo. Nesse contexto, o número de Federações também sofreu uma queda.

⁵ Alguns programas de televisão, de cunho evangélico, veiculam depoimentos de adeptos nos quais seus problemas eram causados pelas entidades da Umbanda e outros cultos afro. Além disso, em algumas das chamadas “sessões de descarrego”, alguns evangélicos acabavam por incorporar essas entidades, que eram expulsas pelo pastor que presidia o culto.

A partir dos anos 1990, a Umbanda não vem atingindo o mesmo crescimento observado nos anos 1970. A religião continuou sofrendo as consequências dos ataques evangélicos. Por outro lado, os adeptos umbandistas que ficaram – e os que aderiram à religião, em especial os mais jovens – têm buscado toda a informação possível para melhor saber sobre a religião que professam e mesmo para poder obter embasamento frente aos questionamentos. Reginaldo Prandi (2001) relata que, nos últimos anos, a Umbanda – e demais religiões de origem africana – gozam de um maior espaço no cenário religioso o social, chegando a aumentar a tolerância religiosa (Prandi, 2001, p. 57). Apesar disso, ainda ocorrem casos bastante explícitos de violência causada por intolerância religiosa. Os ataques são feitos de forma verbal, chegando a relatos de violência física, tanto aos umbandistas quanto aos centros e terreiros.

Nos anos 1990 surgiu uma nova vertente dentro da Umbanda, a Umbanda Sagrada, criada por Rubens Saraceni em 1996, que também é um autor umbandista. Ele fundou também a Associação Umbandista e Espiritualista do Estado de São Paulo (AUEESP) e o Colégio de Umbanda Sagrada Pai Benedito de Aruanda. A AUEESP reúne templos que atuam com a Umbanda Sagrada. Já o Colégio de Umbanda Sagrada visa dar apoio mediúnico e sacerdotal e demais apoios doutrinários a quem quiser saber. Sua literatura possui mais de cinquenta títulos. Além de obras doutrinárias surgiram, através de Rubens Saraceni, os romances mediúnicos psicografados, como “O guardião da meia-noite” e “O cavaleiro da estrela guia”.

Considerações finais

Com a expansão da internet nos anos 2000, os estudos da Umbanda cresceram em fontes de procura e pesquisa. Livros mais antigos podem ser encontrados em formato digital, como é o caso da obra de Leal de Souza e do I Congresso Nacional de Umbanda. Além disso, a Umbanda passou a ser tema de maior interesse na Academia, apesar de toda a propaganda negativa da religião,

principalmente a feita pelos dirigentes e alguns adeptos das religiões evangélicas e neopentecostais.

A Umbanda já possui cento e oito anos. Ainda não há uma homogeneidade em questão de liturgia, rituais e mesmo literatura. A religião busca, segundo Birman (1985), uma unicidade na multiplicidade. Ao contrário do que ocorria nos terreiros anteriormente, a maioria dos umbandistas não tem mais proibições quanto a leitura. São várias influências dentro de uma mesma religião, o que permite uma vasta exploração e estudo. Os umbandistas procuram ainda algo em comum nos vários eixos da Umbanda, principalmente no que concerne a definição e atributos correspondentes às entidades atuantes. Por ter várias influências, as conceituações de algumas entidades acabam por estabelecer debates e várias significações ao longo do tempo.

Referências

- ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente, da proclamação da República à Revolução de 30*. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 191-230.
- BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. 2 v. São Paulo: Pioneira, 1971.
- BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente, da proclamação da República à Revolução de 30*. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 231-286.
- BIRMAN, Patrícia. *O que é Umbanda*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BROWN, Diana; CONCONE, Maria Helena Villas Boas; NEGRÃO, Lísias Nogueira et. al. *Umbanda e Política*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- CUMINO, Alexandre. *História da Umbanda: uma religião brasileira*. São Paulo: Madras, 2015.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 50 ed. São Paulo: Global, 2005.
- HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente, da proclamação da República à Revolução de 30*. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 121-160.

- KLOPPENBURG, Boaventura. *A umbanda no Brasil: orientação para os católicos*. Petrópolis: Vozes, 1961.
- NEGRÃO, Lísias Nogueira. *Entre a cruz e a encruzilhada: formação do campo umbandista em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1996.
- ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PRANDI, Reginaldo. Exu, de mensageiro a diabo: sincretismo católico e demonização do Orixá Exu. *Revista USP*, São Paulo, n. 50, p. 46-63, 2001.
- REGO, Alfredo António; MADRUGA, Jayme S.; FERNANDES, Diamantino Coelho (orgs.). *Primeiro Congresso Brasileiro do Espiritismo de Umbanda*. Rio de Janeiro: Federação Espírita de Umbanda, 1941.
- RESENDE, Maria Efigênia de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente, da proclamação da República à Revolução de 30*. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 89-120.
- TRINDADE, Diamantino Fernandes. *A construção histórica da literatura umbandista*. Limeira, São Paulo: Editora do Conhecimento, 2010.

Recebido em 14-09-2018.

Aprovado em 20-01-2019.